

TESTEMUNHOS DO ARAGUAIA

José Carlos Moreira da Silva Filho

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa.

(Grande Sertão Veredas – Guimarães Rosa)

Nos dias 25 e 26 de abril de 2008 estive na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, mais precisamente em São Domingos do Araguaia, no Estado do Pará. A minha missão ali era tomar o depoimento de lavradores e lavradoras que ingressaram com requerimentos de indenização por perseguição política junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Esta já era a segunda vez que a Comissão ia até a região com o mesmo intuito, porém, agora de modo bem mais organizado e com uma infra-estrutura mais condizente com o que se tinha de fazer.

Na primeira vez que a Comissão lá esteve, em setembro do ano passado, também ocorreu a tomada de depoimentos da população local, porém o sentido daquela visita se deu muito mais como o marco simbólico de uma ansiedade há muito escondida na consciência pública do país, e que ali se externava no sentimento de cada um dos membros da Comissão e de outros presentes. Até então o Estado brasileiro não havia se apresentado oficialmente na região do conflito com o propósito de discutir e enfrentar diretamente o episódio da guerrilha, visto que vinha adotando uma postura radicalmente oposta: a de não admitir oficialmente o ocorrido. Foi um verdadeiro acontecimento. A Comissão de Anistia e sua comitiva, composta por Conselheiras e Conselheiros, advogados e advogadas que trabalham nos setores de apoio, jornalistas, membros de grupos como o Tortura Nunca Mais, e, ainda, membros da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, representava ali o Estado brasileiro.

Assim, em um grande e abafado salão, sob as inclemências de um sol equatorial, o grupo que lá esteve nessa primeira visita ouviu durante horas a fio os depoimentos de cerca de 140 moradores locais. Esses depoimentos não obedeceram a uma ordem prévia de

perguntas, também não havia uma lista previamente elaborada com a ordem dos que falariam. Todos que quiseram falar, tiveram o seu espaço, mesmo não tendo requerimento na Comissão. O resultado foi uma verdadeira avalanche de relatos, que, depois, fruto de aplicado trabalho do Grupo de Apoio responsável pelos casos da Guerrilha do Araguaia na Comissão, foram degravados, organizados e sistematizados.

Mas do que eu quero falar aqui é da segunda visita, pois foi nela que eu tive o contato direto e pessoal com essas pessoas e com esse lugar, e quero aqui compartilhar minhas impressões. Esta segunda ida da Comissão ao Araguaia deu-se no bojo do projeto Caravanas da Anistia. A intenção original era, portanto, realizar o julgamento dos processos de boa parte das camponesas e camponeses da região que se diziam atingidos pela ação do exército brasileiro no início dos anos 70.

Contudo, tal não foi possível em virtude da frágil instrução dos processos existentes, isto é, tais processos não possuíam documentos que comprovassem a perseguição política, ou ao menos pudessem consistir em indícios nessa direção. A grande parte dos requerimentos vinha instruída tão-somente com um depoimento testemunhal do próprio ou da própria requerente. Isto é assim principalmente pelo fato de que praticamente não existem documentos oficiais sobre a Guerrilha do Araguaia e sobre as prisões e abusos sofridos pela população local. É, portanto, um contra-senso o Estado brasileiro, agora, exigir provas documentais quanto a uma perseguição política que ele mesmo promoveu e da qual jamais permitiu que fosse produzido ou viesse à luz algum documento ou registro oficial. As informações até então, obtidas sobre a Guerrilha do Araguaia são fruto de pesquisas desenvolvidas com base em documentos não oficiais (até hoje não admitidos pelas Forças Armadas) e no Relatório Arroyo (relato de Ângelo Arroyo, um dos pouquíssimos sobreviventes do grupo guerrilheiro). Posso citar aqui os livros de Hugo Studart, *A lei da selva*, e o de Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*. A primeira grande publicação oficial do Estado que admite a ocorrência da Guerrilha e traz informações sobre o episódio é o livro *Direito à Memória e à Verdade*, que traz o resultado dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

De todo modo, a Comissão constatou a necessidade de aprimorar os depoimentos dos requerentes e ir diretamente ao local para fazer perguntas e ouvir os relatos, visto que a prova testemunhal no caso da Guerrilha do Araguaia, por tudo o que já se expôs acima, é de crucial importância.

A oitiva dos requerentes ocorreu em um sítio da Paróquia da cidade, no qual também acontecia, em função da ida da Comissão ao local, o II Encontro dos Torturados e Torturadas da Guerrilha do Araguaia, com o apoio da Secretaria Estadual de Direitos Humanos. O sítio transmitia uma calma bucólica. Aqui e acolá passavam cachorros e galinhas com seus filhotes, projetavam-se sombras de árvores frondosas alternadas entre o barro e a grama, cantavam os passarinhos e viam-se pequenas flores. O plácido cenário contrastava com o grande número de pessoas que se aglomeravam no local. Nos homens e mulheres ali presentes eram visíveis os sinais de toda uma vida no campo: faces sulcadas como a própria terra que diuturnamente cultivavam; mãos pesadas e calejadas de

revolver o chão; pele morena, curtida e enrugada de quem não tem intermediários entre o sol e a terra; olhar longínquo como quem se habituou a mirar o horizonte a cada dia iniciado na lavoura; o recato próprio de quem não pôde deixar de trabalhar para chorar as suas perdas; os gestos bruscos de quem depende diretamente da força das suas mãos e do suor do seu rosto.

Após a abertura do Encontro e da fala das autoridades presentes, os membros da Comissão se dividiram em três turmas para ouvirem, cada qual, o seu grupo de requerentes. A minha foi a Turma 2, composta por mim, pelo Egmar José de Oliveira, pela Marina Steinbruch (todos Conselheiros da Comissão de Anistia), e pela Carolina Tarsky (advogada que trabalha no Setor de Análise da Comissão e que integra o GT Araguaia). A sala em que ficamos assemelhava-se a uma sala de aula, com cadeiras, mesas e uma lousa. Curioso era que as janelas, localizadas no alto das paredes da sala, eram todas preenchidas com grades, como se a sala fosse uma cela ou um claustro.

Passamos então a ouvir aquelas pessoas. Falavam daquele período como a época em que a “guerra” aconteceu na região; referiam-se aos guerrilheiros ora como “povo da mata”, ora como “os paulistas”, ora como “os terroristas”; em quase todos os relatos as impressões dos camponeses sobre aqueles forasteiros eram nitidamente de simpatia e agradecimento por certos favores feitos. Uma senhora que naquele mesmo dia havia empunhado a enxada em sua roça, disse que lembrava da guerrilheira Cristina com carinho, visto que ela havia salvado a vida de uma irmã sua ao fazer o difícil parto de seu sobrinho.

Tal afeição era compartilhada também por quem “trabalhou” de guia para as tropas do exército. O verbo trabalhar aqui é só um eufemismo, pois se tratava de verdadeira servidão. Um senhor de avançada idade, cabelos brancos, tez morena, chapéu coco vestido, ia, com sua fala mansa, revelando aos poucos como foi obrigado a ser guia do exército. As tropas caminhavam pela sua roça à vontade, adentravam a casa que dividia com sua mulher e filhos, comiam a sua comida, perguntavam pelos “terroristas”. Depois o levaram junto para as bases militares construídas na região, como a de Xambioá, mantendo-o preso e à disposição das tropas. Enquanto esperava pelas incursões na mata, tinha de fazer inúmeros serviços, como realizar a limpeza das instalações militares, por exemplo. Uma vez na mata, as instruções eram para, quando avistasse os guerrilheiros, levantar o braço e jogar-se deitado no chão, pois aí começariam os tiros. Este senhor ficou longe de sua casa e dos seus durante cerca de três meses. Nesse meio tempo, sua família esteve à mercê dos soldados. O senhor arrematou o seu depoimento dizendo que, “por derradeiro”, sua roça e sua casa foram queimadas e ele aconselhado a sair daquela região limítrofe da mata fechada junto com sua mulher e filhos.

Ao longo de todos os depoimentos, fui percebendo que aquele pessoal não possuía, nem na época da guerrilha, nem agora, muita idéia sobre o que estava acontecendo e o porquê. Os próprios requerimentos foram feitos pela iniciativa de alguns poucos advogados que convenceram aqueles homens e mulheres a pedirem suas indenizações e, é claro, a reservarem uma porcentagem desse valor, caso deferido, aos serviços advocatícios prestados.

A realidade mais palpável é a do medo, do receio, e a memória da violência, uma memória feita de silêncios e de olhares fixos. A presença da brutalidade sofrida ainda permanece na impunidade e poderio de quem outrora não mediu esforços ou escrúpulos para encontrar os guerrilheiros. O major Curió e os seus empregados rondam continuamente a região e ali continuam a exercer sua influência. Enquanto digitava os termos de depoimento, percebia ironicamente que a linguagem que agora eu me via utilizando era a mesma dos Inquéritos Policiais Militares que eu lia semanalmente nos autos dos demais requerimentos de anistia. A mesma estrutura, a mesma divisão de frases (*que fulano tinha tal ocupação; que havia conhecido três guerrilheiros*, etc). Mais do que isso, percebia que agora aquelas pessoas eram interrogadas, ao longo do seu depoimento, com o intuito de se tentar saber se elas “colaboraram” com os militares ou se ganharam lotes de terra do Incra. Nos interrogatórios militares dos anos 70, ser amigo do “povo da mata” era a acusação, agora a acusação era ter “colaborado” com os militares. Não pude deixar de formar a imagem de um boneco que vai para onde o puxam e que acaba ficando no meio do caminho, desequilibrado. É difícil saber até que ponto houve uma colaboração ou um desespero de quem não tinha opções. É o mesmo que tentar saber quem delatou companheiros de militância política porque não agüentou as torturas ou quem o fez para obter vantagens pessoais. A análise tem de ser feita caso a caso.

De todo modo, apesar desses ecos de inquérito, a tônica dos depoimentos foi a do testemunho. A testemunha é aquela figura que recupera parte da realidade, a que ficou relegada para as ruínas da história, diria Walter Benjamin. Recuperar a memória não significa apenas reforçar a garantia de que as ditaduras e os totalitarismos nunca mais ocorrerão. É mais do que isso. Significa fazer justiça àquelas vítimas que caíram ao longo do caminho. Fazer justiça significa dar voz aos emudecidos pela marcha amnésica do progresso; significa resistir à destruição do diverso e do plural sob a desculpa da unidade, seja ela a da soberania nacional, a do desenvolvimento econômico ou a da razão científica; significa renunciar ao frio e distante ponto de observação neutro, universal e abstrato e dar lugar ao olhar da vítima, pois este nunca é desinteressado e distante, pois este recompõe a realidade esquecida e negada, restaurando a humanidade em quem lhe dá ouvidos. O ouvinte passa a ser cúmplice da testemunha. O relato passa a ser um acontecimento.

Não se trata de reproduzir o fato com documentos, mas sim de fazer justiça escutando quem fala do seu sofrimento. Disse Adorno que “deixar falar o sofrimento é a condição de toda verdade”. O curioso, porém, é que o essencial do sofrimento não pode ser falado, pois é feito de silêncios. O mesmo silêncio que eu vi nos olhos amargurados de duas filhas que lembravam as torturas, as humilhações e as prisões sofridas pelo seu pai, amigo dos jovens guerrilheiros que foram chacinados na floresta. Para mim foi fundamental ter ido lá pessoalmente ouvir tais testemunhos, pois há verdades que só podemos captar vivendo, experimentando, especialmente a deste oceano de palavras mudas que são as dores, as derrotas, os fracassos, e que não fazem distinção social, atingindo a qualquer um.

Recuperar a memória significa trazer ao presente o passado, aquele que ficou ausente. Penso que é no cultivo e no resgate dessa e de todas as histórias negadas pelo avanço impiedoso da nossa civilização que seremos capazes de nos tornar mais humanos, de voltarmos a nos indignar com as injustiças e de não esquecermos a barbárie que se esconde por trás de cada cena da nossa vida cotidiana. Por uma questão de justiça.